



Mestres do Agroextrativismo no Mearim

Volume 9

As boas práticas da família Pereira Santana

Sítio Novo, Lago do Junco, MA

Roberto Porro

Aline Souza Nascimento

Anny da Silva Linhares

Ronaldo Carneiro de Sousa

Yumi Maria Biagini



**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
Embrapa Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão**

Mestres do Agroextrativismo no Mearim
Volume 9

*As boas práticas da
família Pereira Santana*

Sítio Novo, Lago do Junco, MA

*Roberto Porro
Aline Souza Nascimento
Anny da Silva Linhares
Ronaldo Carneiro de Sousa
Yumi Maria Biagini*

Embrapa
Brasília, DF
2020

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Parque Estação Biológica (PqEB)
Av. W5 Norte (final)
70770-917 Brasília, DF
Fone: (61) 3448-4700
Fax: (61) 3340-3624
www.embrapa.br/fale-conosco/sac/

Embrapa Amazônia Oriental

Trav. Dr. Enéas Pinheiro, s/n°
Caixa postal 48
66095-903 Belém, PA
Fone: (91) 3204-1000
Fax: (91) 3276-9845

Unidade responsável pelo conteúdo

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Comitê Local de Publicações
Presidente
Marília Lobo Burle

Secretária-executiva
Ana Flávia do N. Dias Côrtes

Membros

Antonietta Nassif Salomão; Bianca Damiani Marques; Diva Maria Alencar Dus; Francisco Guilherme V. Schmidt; João Batista Teixeira; João Batista Tavares da Silva; Maria Cléria Valadares-Ingliš; Rosameres Rocha Galvão; Tânia da Silveira Agostini Costa

Editores técnicos da coleção
Roberto Porro
Anderson Cássio Sevilha

Embrapa

Parque Estação Biológica (PqEB)
Av. W3 Norte (final)
70770-901 Brasília, DF
Fone: (61) 3448-4236
Fax: (61) 3448-2494
www.embrapa.br

Unidade responsável pela edição

Embrapa, Secretaria-Geral

Coordenação editorial
Alexandre de Oliveira Barcellos
Heloiza Dias da Silva
Nilda Maria da Cunha Sette

Supervisão editorial
Waldir Aparecido Marouelli

Revisão de texto
Maria Cristina Ramos Jubé
Lara Aliano Farias da Silva Pereira

Normalização bibliográfica
Ana Flávia do N. Dias Côrtes
Rejane Maria de Oliveira (CRB-1/2913)

Projeto gráfico e ilustrações
Sílvia Moan

Diagramação e arte-final da capa
Carlos Eduardo Felice Barbeiro

1ª edição

1ª impressão (2020): 500 exemplares

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n° 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

As boas práticas da família Pereira Santana : Sítio Novo, Lago do Junco, MA / Roberto Porro ...
[et al.]. – Brasília, DF : Embrapa, 2020.

50 p. : il. ; 16 cm × 22 cm. – (Mestres do agroextrativismo no Mearim, 9)

ISBN 978-65-87380-01-8 (obra compl.). – ISBN 978-65-86056-86-0 (v. 9)

1. Médio Mearim. 2. Extrativismo sustentável. 3. Manejo. 4. Boas práticas. 5. Agricultura familiar. I. Porro, Roberto. II. Nascimento, Aline Souza. III. Linhares, Anny da Silva. IV. Sousa, Ronaldo Carneiro de. V. Biagini, Yumi Maria. VI. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. VII. Coleção.

CDD (21 ed.) 630.5

Autores

Roberto Porro

Engenheiro-agrônomo, doutor em Antropologia Cultural, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA

Aline Souza Nascimento

Cientista social, mestranda da Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Anny da Silva Linhares

Turismóloga, mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, coordenadora da Comissão de Territórios Tradicionais do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão, São Luís, MA

Ronaldo Carneiro de Sousa

Técnico em agropecuária, assessor da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, Pedreiras, MA

Yumi Maria Biagini

Engenheira-agrônoma, mestre em Desenvolvimento Agrícola e Rural, técnica da Parc Naturel Régional des Alpilles, Cadenet, França







Agradecimentos

Agradecemos o apoio institucional e financeiro concedido pela Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Aos diretores e técnicos da Assema, que apoiaram a produção desta coleção, e especialmente às famílias que compartilharam conosco valiosas informações.

A todos aqueles que contribuíram na edição dos 30 volumes da coleção, especialmente à equipe de editoração da Embrapa. O apoio e engajamento de Nilda Sette e Waldir Marouelli foram fundamentais. E também ao Cláudio Quinto Filho, da Assema, e Renan Matias, do projeto Bem Diverso, pela elaboração dos croquis dos estabelecimentos rurais.

Esperamos que as publicações geradas contribuam para dar visibilidade aos objetivos de desenvolvimento e bem-estar das comunidades agroextrativistas do Território do Médio Mearim, no estado do Maranhão.





Apresentação

Promover o desenvolvimento local e conservar a biodiversidade brasileira é um dos objetivos do projeto Bem Diverso, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Com foco nesse objetivo, foi elaborada uma coleção de 30 publicações, intitulada Mestres do Agroextrativismo no Mearim, em parceria com a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema).

As publicações trazem experiências e iniciativas locais consideradas bem-sucedidas no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.).

A apresentação dessas experiências nesta coleção, realizada em conjunto pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e a Embrapa Amazônia Oriental, marca mais uma etapa do trabalho desenvolvido pelas Unidades no projeto Bem Diverso, e reúne capacidades técnicas de inovação em biomas tão importantes como a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga, que se cruzam no Território da Cidadania do Médio Mearim.

Tendo como base as iniciativas para o manejo sustentável da palmeira babaçu, a coleção aborda temas como reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas; cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; comercialização de hortaliças produzidas de forma sustentável; pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; inovações na criação de pequenos animais; processamento local de frutas, mandioca ou leite e processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

Essa diversidade de temas mostra que estabelecer parcerias, como esta entre a Embrapa e diversas entidades, valoriza o trabalho de centenas de famílias agroextrativistas que realizam atividades exitosas no manejo sustentável e ajuda a manter e divulgar os princípios que são tão caros para a unidade familiar de produção, preservando o passado e antecipando o futuro, com os saberes tradicionais e as tecnologias de ponta em um só compasso.

Maria Cléria Valadares-Inglis
Chefe-Geral da Embrapa Recursos
Genéticos e Biotecnologia





Prefácio

Mais de 130 mil pessoas vivem na área rural do Território do Médio Mearim, sobretudo agricultores familiares, assentados e comunidades quilombolas. O Médio Mearim encontra-se numa zona de transição entre a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga. Ao longo dos anos, o território perdeu boa parte da sua cobertura florestal nativa, por conta do desmatamento para formação de pastagens e agricultura extensiva. A palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.), que sempre esteve presente na rica composição da vegetação originária que cobria o território, passou a dominar a paisagem em sucessão, tornando-se a espécie florestal predominante, cobrindo vastas áreas chamadas de babaçuais, que se tornaram a base do sustento de milhares de famílias no Médio Mearim.

Por essa razão, as comunidades lutam pela proteção das palmeiras, que sofrem pressão graças à tendência de sua eliminação por pecuaristas. Essa luta é protagonizada principalmente por mulheres, as quebradeiras de coco, que, além de coletar e processar o coco-babaçu, se organizam em movimentos sociais para garantir o acesso livre aos babaçuais, tanto em áreas públicas como privadas.

No início de 2017, a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) iniciou



uma parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do projeto Bem Diverso, para viabilizar a disseminação e replicabilidade de boas práticas de manejo agroextrativista realizadas no Território da Cidadania do Médio Mearim, Maranhão.

Um dos objetivos da atividade consistia em reconhecer e dar visibilidade ao esforço concreto do dia a dia das famílias agroextrativistas da área de atuação da Assema.

Com base em processo conduzido pela Assema, foram selecionadas 30 famílias entre as unidades produtivas agroextrativistas, em nove municípios do território. A seleção levou em conta o destaque das famílias na condução de uma ou mais das seguintes atividades: 1) reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade; 2) cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; 3) cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; 4) cultivo comercial de hortaliças; 5) pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; 6) inovações na criação de pequenos animais; 7) processamento de frutas, mandioca ou leite; 8) processamento do coco-babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

A sistematização e a apresentação das iniciativas locais bem-sucedidas das famílias selecionadas, no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu, bem como os principais componentes do modo de vida de unidades familiares de produção no Médio Mearim são apresentados nos 30 volumes da coleção. Cada publicação retrata, portanto, o trabalho muito mais amplo realizado por centenas de famílias no território.



Este volume consiste na sistematização das iniciativas e práticas de manejo realizadas no estabelecimento rural da família Pereira Santana, na comunidade Sítio Novo, município de Lago do Junco, Maranhão. A família se destaca pelos cultivos anuais tradicionais realizados com menor impacto ambiental.

É importante destacar que, em praticamente todos os casos sistematizados, a iniciativa das famílias não se restringe a apenas uma atividade principal. É comum que duas ou três atividades predominantes sejam integradas no estabelecimento rural, onde também são executadas diversas outras atividades complementares.

Em cada caso, identificam-se as dimensões do caráter exitoso observado pela equipe de pesquisadores, técnicos e agentes de desenvolvimento que conduziram este trabalho ao longo de 18 meses, colhendo depoimentos, imagens e gerando textos que poderão ser utilizados em processos de aprendizado e compartilhamento do conhecimento, contribuindo, assim, para a divulgação do esforço desses mestres e mestras do agroextrativismo no Médio Mearim.

Convidamos, assim, leitores e leitoras a conhecer e compartilhar essas histórias.

Raimundo Ermino Neto
Coordenador-Geral da Associação em
Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão





Sumário

Breve trajetória **15**

Estabelecimento familiar **19**

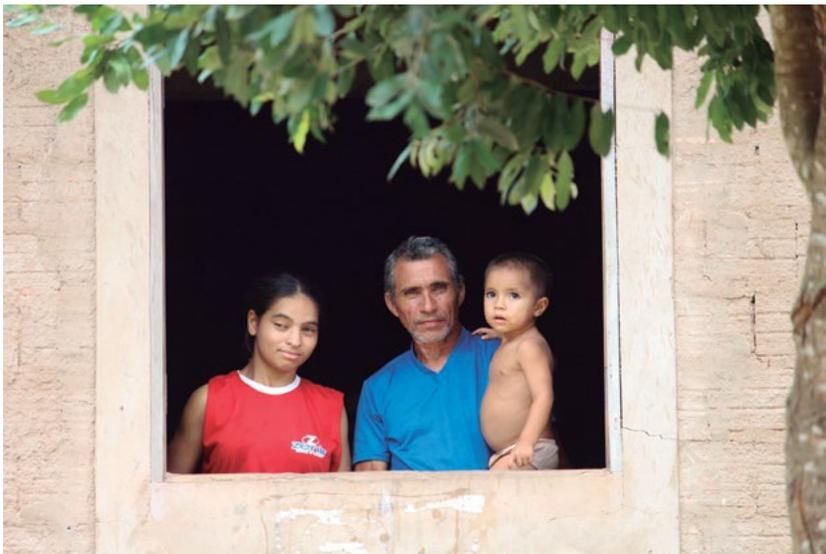
Prática tradicional da “roça no toco” **21**

Meios de vida **29**

Lições aprendidas **35**

Referências **39**

Foto: Aline Nascimento



O casal Tarcísio Santana e Francisca Edneia com o filho mais novo.



Breve trajetória

Tarcísio Pereira Santana (55 anos) migrou, em 1970, do estado do Ceará para o Maranhão, com seus pais e 13 irmãos. Moraram inicialmente no povoado de Abreu, distante cerca de 3 km da sede do município de Lago dos Rodrigues e, em seguida, no povoado de Morada Nova, em Lago do Junco. A trajetória de seu Tarcísio assemelha-se a de tantos outros nordestinos que migraram para o Médio Mearim em busca de terras férteis para cultivar e estabelecer moradia em melhores condições.

À medida que o número de famílias residentes no povoado de Morada Nova foi aumentando, as terras tornaram-se insuficientes para atender às demandas da comunidade. Em virtude disso, as famílias de Morada Nova buscaram acessar novas terras. Uma área próxima, que estava sem utilização, foi ocupada, em 1993, para viabilizar a produção agrícola. Essa ocupação, que posteriormente deu origem à comunidade Sítio Novo, teve início com o plantio de feijão de corda e banana e, em seguida, com a construção de casas de palha onde passaram a morar. Inicialmente, as roças eram cultivadas de forma coletiva, com todos plantando na mesma área para não colocar fogo em muitos lugares.

No ano seguinte, apoiadas por comunidades vizinhas e organizações como a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), as lideranças locais reivindicam oficialmente ao governo do estado que a terra ocupada seja regularizada como projeto de assentamento (PA). Com a criação do PA, cada família recebeu 11,5 ha (hectares) para estabelecer moradia e trabalhar. Assim, a família de seu Tarcísio foi beneficiada com um lote no assentamento de Sítio Novo.

Após a criação do assentamento, houve algumas mudanças na forma de organização das famílias, a exemplo do trabalho nas roças, que passou a ser desenvolvido individualmente. Mas algumas ações coletivas continuam resistindo, como a troca de diárias, regime de trabalho em que as famílias se ajudam reciprocamente.

Foto: Yumi Bagini



Francisca Edneia na cozinha de sua residência.

Seu Tarcísio possui cinco filhos, os dois mais novos com sua atual companheira, Francisca Edneia Mesquita Pereira (25 anos). Francisca assume o trabalho doméstico e a quebra do coco-babaçu. O filho mais velho, Maciel, coleta o fruto nos lotes vizinhos com o seu Tarcísio, que, por sua vez, é o principal responsável pelo trabalho na roça. Tarcísio também integra a direção da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (Coppalj).

Ao longo desse registro, a família Santana compartilhará suas práticas e vivências no trabalho com a roça tradicional ou “roça no toco”, na qual busca manter a produtividade com menor impacto ambiental. Para tanto, seu Tarcísio descreve as etapas do trabalho e as estratégias para garantir a qualidade da sua produção.

Foto: Yumi Blagini



Arroz colhido e armazenado no paiol da família.



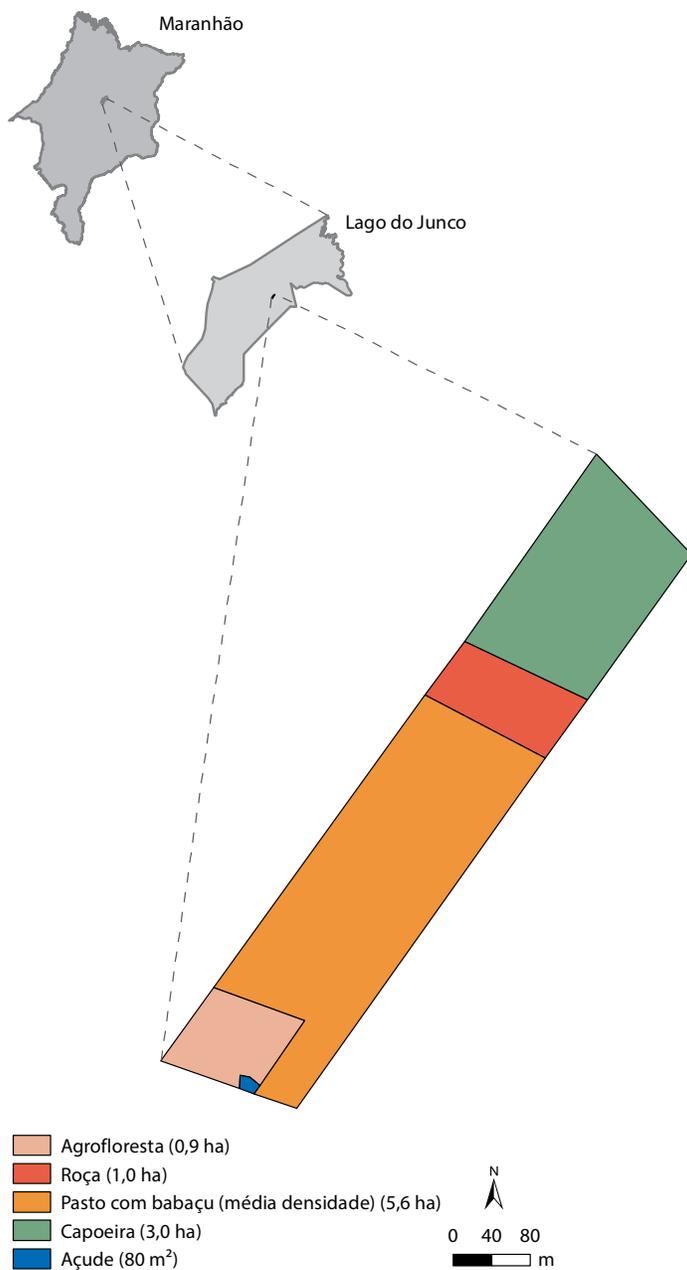


Estabelecimento familiar

O mapa, a seguir, indica a localização do estabelecimento da família Santana e do projeto de assentamento Sítio Novo na comunidade, formada em 1993, contando hoje com 25 famílias residentes. Sítio Novo localiza-se a 24 km da sede do município de Lago do Junco, sendo necessários 30 minutos para o deslocamento por estrada de piçarra.

O estabelecimento da família Santana tem cerca de 10,5 ha. No croqui, podemos identificar que o lote inclui áreas com capoeira, roça, agrofloresta e pasto com babaçu, que ocupa a maior parte da terra. Um pequeno açude fornece água aos animais.

Na área de moradia, localizada fora do lote, no povoado de Sítio Novo, a família mantém um quintal onde planta fruteiras (laranjeira, limoeiro, coqueiro, cajueiro, mangueira, goiabeira, aceroleira, cupuaçuzeiro, ateira, tamarindeiro e bananeira), além de espécies florestais como ipê, nim e sabiá. Para a criação animal, existem um aprisco (curral para ovelhas ou cabras) e o açude, além da pastagem. Em 2017, a família criava 2 vacas, 2 bezerros, 1 jumento, 5 porcos, 25 frangos ou galinhas e 10 pintos.



Localização e croqui do estabelecimento familiar.

Fonte: Adaptado de Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).



Prática tradicional da “roça no toco”

A principal atividade da família Santana é a agricultura, e são cultivados arroz, feijão-de-corda, milho e fava de acordo com a tradicional prática da “roça no toco”. A roça é preparada primeiramente com o broque (corte da vegetação arbustiva) e a derrubada das árvores maiores, seguida da queima, cujas cinzas produzidas fornecem nutrientes para o solo.

Roçados tradicionais

O sistema de cultivo utilizado por pequenos agricultores, chamado de pousio, roça-de-toco ou coivara, constitui uma tradição milenar da maioria dos povos indígenas, sendo assimilada pelas comunidades remanescentes de processos de colonização (Adams, 2000; Oliveira, 2002).

Para iniciar uma roça, no mês de junho, a família delimita a área que será trabalhada e começa a brocar a capoeira, que de preferência deve ter no mínimo 5 anos de pousio (em áreas cobertas por palmeiras de babaçu).



O broque é realizado no período de junho a agosto, e são necessários, em média, 2 dias de trabalho por semana pela família. São cortadas as pindovas (palmeiras na fase juvenil) e o mato, mas as palmeiras adultas de babaçu permanecem na área de roça. Geralmente, em agosto, a família realiza o descapotamento das palmeiras, ou seja, retira suas folhas antes da queima, o que aumenta a biomassa a ser queimada, viabilizando maior quantidade de nutrientes para a roça.

Subsídio da natureza

O pesquisador Pedro Sanchez já nos ensinava, em 1976, que uma das formas pela qual a natureza trazia subsídios para agricultores era a biomassa florestal, que se acumula ao longo dos anos nas florestas (Sanchez, 1976). É essa biomassa que fornece o combustível e os nutrientes dos quais dependem os cultivos no sistema de corte-e-queima. As florestas secundárias de babaçu acumulam grande proporção de sua biomassa nas folhas, ao contrário de outras espécies em que a maior parte da biomassa corresponde ao tronco. Assim, conforme relatado em estudos de Anderson et al. (1991), a queima das folhas do babaçu é suficiente para reciclar nutrientes para roçados tradicionais, não sendo necessário cortar o tronco das palmeiras. Como após 4 anos as folhas se recuperam completamente, essa característica permite intervalos menores de pousio para as roças cultivadas nas áreas de babaçuais.

A queima é realizada em outubro, quando a área já está delimitada por aceiros que a família prepara para o fogo não atingir outras áreas. Coloca-se o fogo na roça para queimar a vegetação seca, mas o babaçu resiste à queima, e as palmeiras são, assim, preservadas no meio da roça. Depois da queima, a família geralmente constrói seu paiol, uma espécie de barraco coberto de palha para proteger da chuva a colheita de arroz.





Foto: Roberto Pomo

Roça brocada em área com predominância de palmeiras babaçu.



Foto: Roberto Pomo

Área com predominância de palmeiras babaçu, após a queima, para o plantio de arroz.



Após a queima, é preciso também desbandeirar a roça, como explicado por seu Tarcísio:

Depois que queima, sobem aquelas pindobas de novo, aí vai com a foice e corta tudinho. Aí deixa murchar, passa ali uns 10 ou 15 dias secando. [...] Quando seca, aí vai juntar, fazer as coivaras para queimar.

Assim, as pindovas (palmeiras na fase juvenil) que crescem são cortadas de novo e reunidas aos troncos e galhos para serem queimadas em coivaras, após secarem por cerca de 15 dias.

Em dezembro, inicia-se o período de plantio. Planta-se primeiro o arroz no final de dezembro ou em janeiro. A família planta duas variedades de arroz: o arroz agulhinha e o arroz ligeiro branco. Ao mesmo tempo em que planta o arroz, também aproveita para plantar mudas de sabiazeiro na roça, pois essa leguminosa ajuda muito na recuperação do solo. A família não usa insumos químicos na roça. Às vezes, usa insumos naturais feitos com alho, fumo e álcool para espantar o mosquito, no caso do feijão e da fava.

Em seguida, são plantados o milho e a mandioca em carreiras alternadas, consorciadas com o arroz. O agricultor também planta fava nos pés das palmeiras preservadas no meio da roça, ao redor das quais a fava se enrola. São realizadas duas capinas, sendo a primeira em janeiro e a segunda no mês de fevereiro, de acordo com seu Tarcísio.

A colheita do arroz acontece nos meses de maio e junho, enquanto a mandioca precisa de mais tempo para ser colhida, o que ocorre a partir de 1 ano. O arroz fica guardado no paiol antes de ser pilado para consumo. A família realiza a quebra do milho no momento em que os grãos estão secos.



Foto: Aline Nascimento

Tarcísio Santana em seu roçado de milho.

Com o filho Maciel, seu Tarcísio planta cerca de três linhas de roça na área de capoeira reservada especialmente para essa finalidade. Como a capoeira limita-se a 4 ha, por vezes é necessário arrendar terras de outros proprietários para plantar sua roça, pagando com parte da produção, geralmente, em arroz (30 kg de arroz em casca, por linha, o que equivale a 94 kg por hectare).

A partir do cultivo de mandioca, a família produz farinha, que é comercializada. Já no quintal da família, são plantados o feijão-vermelho (meia linha) e a macaxeira (menos de meia linha). A mandioca inajá é consorciada com o arroz (duas linhas), enquanto o milho está plantado em três linhas de roça consorciado com os outros cultivos. As sementes são produzidas pela própria família ou adquiridas com vizinhos.



Tarcísio Santana ao lado do paiol com o arroz colhido de sua roça.

Seu Tarcísio trabalha na roça principalmente com Maciel. Quando não cultivam sua terra, trabalham esporadicamente para outros agricultores recebendo diárias para complementar a renda familiar. Dona Francisca não trabalha na roça, mas quebra o coco-babaçu e trabalha na produção de farinha, atividade da qual todos os membros da família participam. Por vezes, é necessário pagar diárias para outros trabalhadores ajudarem nessa tarefa.

Dessa forma, a família busca suprir suas necessidades de produção na roça tradicional de corte e queima, não utilizando insumos químicos, o que garante maior segurança à qualidade dos produtos consumidos, assim como menores impactos ao meio ambiente.

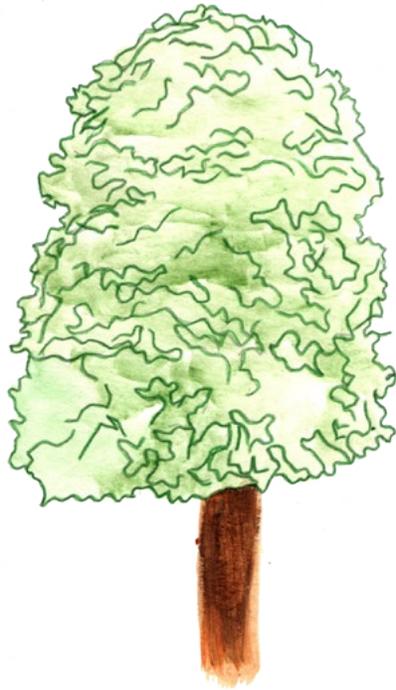


Foto: Aline Nascimento

Tarcísio Santana ao lado do filho Maciel, em seu estabelecimento.

DICA DE LEITURA – A Emater-DF lançou, em 2016, um catálogo com cerca de 120 insumos naturais que auxiliam o agricultor na produção de alimentos orgânicos. São fertilizantes, corretivos de solo e produtos pós-colheita, entre outros.







Meios de vida

A maior parte dos produtos da roça (o arroz, o milho, a macaxeira, a fava e o feijão) são voltados para o consumo da própria família, e o milho é também usado para a alimentação dos animais. A família estoca a produção para consumo durante o ano. Em 2017, por exemplo, produziram 600 kg de arroz, 120 kg de feijão, 1.500 kg de farinha de mandioca e 300 kg de milho. A mandioca é vendida, em sua maior parte, na forma de farinha, e este é o principal produto de comercialização da família.

A família usa a casa de farinha coletiva da associação de moradores e vende o produto na cidade de Lago do Junco ou na cantina da Coppalj, localizada no povoado de Sítio Novo. O preço varia conforme a oferta e a demanda do mercado. Em 2017, o saco foi vendido no valor de R\$ 250. Na cantina, também são vendidas as amêndoas do coco-babaçu quebrado por dona Francisca, cerca de 20 kg por semana.

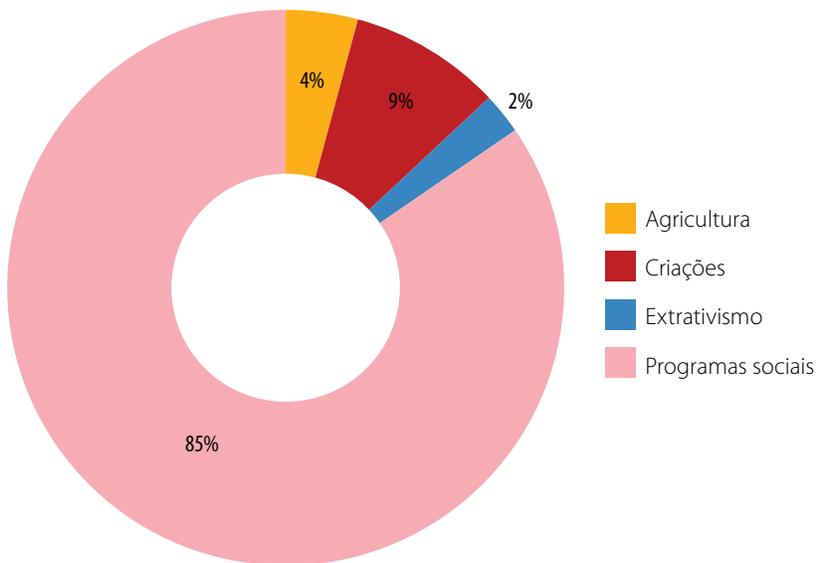


Pacará, espécie de cesta para a colheita, é levado para armazenar o arroz no paiol.

Seu Tarcísio reduziu seu gado de corte, possuindo apenas quatro animais, da raça Nelore. Quando abatia o gado, não recebia o pagamento na hora. O prazo dependia da quantidade comprada, sendo geralmente de 30 ou 60 dias, o que tornava a atividade pouco atrativa.

A diversificação é, portanto, uma das características do sistema de produção familiar, e gera vários itens para sua manutenção, o que constitui importante renda não monetária.

Já em relação à renda monetária, conforme apresentado no gráfico a seguir, a família conta com produtos da agricultura, do extrativismo, de criações, e, sobretudo, de programas sociais (no caso, o benefício da aposentadoria), que predomina como principal fonte de recursos. O gráfico foi elaborado com base nas informações da família sobre as fontes de renda monetária ao longo do ano agrícola 2016/2017.



Fontes de renda monetária familiar.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

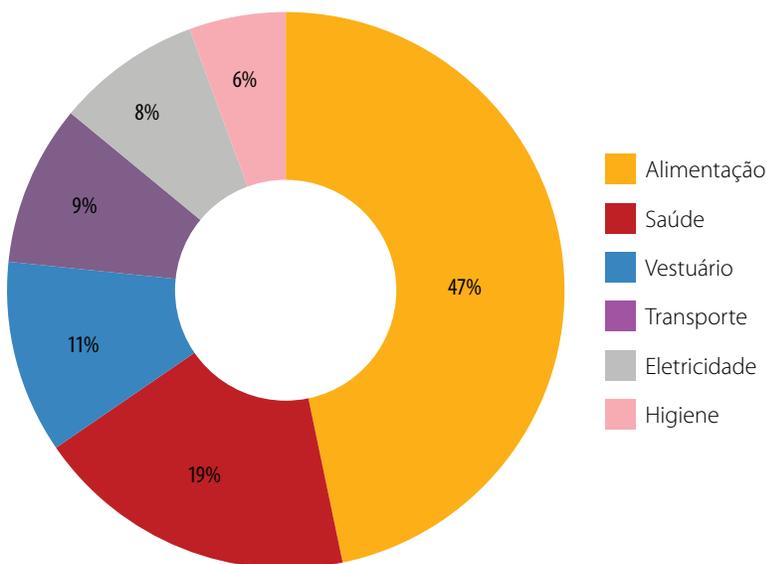


Foto: Aline Nascimento

Gado de corte do rebanho de Tarcísio Santana.



Com relação às despesas familiares, por meio do gráfico seguinte, podemos constatar que os itens com os quais a família necessita gastar a maior parte de sua renda são alimentação e saúde, que juntos representam dois terços das despesas. O gráfico foi elaborado com base na informação prestada pela família sobre suas despesas mensais em meados de 2017.



Gastos familiares.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

A família enfrenta algumas dificuldades, sobretudo quanto à produtividade. Um dos problemas é lidar com as pragas. Apesar do apoio recebido dos técnicos da Assema, que orientam sobre o uso de insumos alternativos, seu Tarcísio afirma que não consegue “tirar todas as pragas como o ‘chupão’ ou pulgão-vermelho do feijoeiro [*Crinocirus sanctus* (Fabricius, 1775)] e o pulgão do arroz, ou percevejo-do-colmo [*Tibraca limbativentris* (Stål, 1860)]”.

Segundo ele, um elemento que precisa ser melhorado é a organização coletiva, tanto na comunidade quanto na cooperativa, sobretudo referente à comercialização do óleo de babaçu pela Coppalj. A cooperativa consegue comprar toda a produção de babaçu das famílias, mas a organização na comercialização poderia tornar-se mais eficiente.

A família pretende aumentar seu gado, mas para isso o acesso à água precisa melhorar. Seu Tarcísio projeta instalar outro açude para resolver esse problema e investir na criação de peixes para diversificar suas atividades.



Tarcísio Santana observa a pastagem da família.

Outro projeto é aumentar a variedade de frutas como laranja, banana e coco-da-praia para vender nas feiras e formar uma renda complementar. A família participa do projeto apoiado pelo Fundo Amazônia, que auxilia a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) na região. Seu Tarcísio atualmente trabalha 1,0 ha de sua terra (na área de assentamento) para plantar espécies como a leguminosa sabiá, cuja madeira pode ser aproveitada para construir cercas.





Lições aprendidas

Percebe-se na narrativa de seu Tarcísio a vontade de melhorar o sistema produtivo para aumentar a renda da família. Apesar das dificuldades enfrentadas, ele afirma que

[...] tem como melhorar as coisas. Tem muita gente que não consegue, que fala 'não, aqui não dá de viver', e aí sai para fora. Mas tem como planejar as coisas primeiro, sustentar a família. Os trabalhos da roça, do plantio de cana, da solta, tem como a gente ganhar melhor.

Embora a família tenha usado agrotóxico na roça tempos atrás, de acordo com seu Tarcísio isso se deu porque

[...] eu não estava tão afinado no conhecimento que a gente tem hoje. Foi no início da organização, estava no processo de aprendizagem. Depois a gente foi entrando no movimento, foi participando dos trabalhos todinhos e a gente veio vendo que prejudica a saúde e, além da saúde, prejudica nosso meio ambiente. É a terra, né? Aí chegou o ponto que pensei 'não vai dar para mim não'.





Segundo ele, o argumento das pessoas que usam agrotóxicos é financeiro, porque eles dizem que vão ganhar mais com a aplicação de agrotóxicos, que impedirão as pragas de prejudicar os cultivos e afirma que “por esse lado elas têm razão, mas pode mostrar que prejudica por outro lado. Se o jeito é adoecer [...] não vai prejudicar mais? A gente mostra tudo isso para as pessoas. Mas falta acreditar”.

Seu Tarcísio compreende as dificuldades nessa forma de trabalho, assim como também reconhece que

[...] tem muita gente com falta de conhecimento também. Mesmo nós, com companheiros nossos, é difícil trabalhar na associação, tem companheiros que botam veneno, sabendo que prejudica tanto ele como a família, como o assentamento... Tem o conhecimento, mas não pratica.

O veneno está na mesa – Documentário do cineasta Silvio Tendler, traz o relato de especialistas e agricultores e coloca em xeque o atual modelo de produção de alimentos, com destaque para o uso de agrotóxicos e os malefícios à saúde .

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8RVAgD44AGg>>

Depois que ingressou nos movimentos que levantam a bandeira da agroecologia e começou a trocar conhecimentos com outros trabalhadores e comunidades, com pessoas de fora, pessoas da igreja e também pesquisadores, seu Tarcísio percebeu os danos provocados pelo uso de componentes químicos na produção. As trocas de experiências resultaram em aprendizagens e foram de significativa importância para que a família alcançasse a condição na qual está atualmente. E é justamente por isso que nunca deixou de

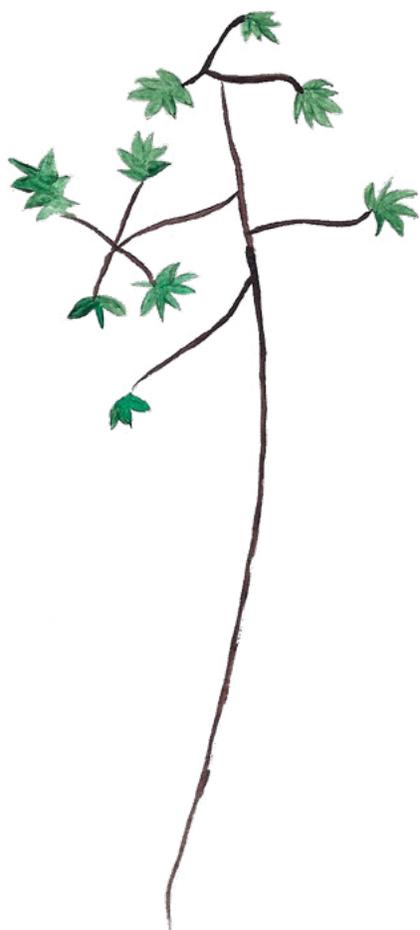
participar desses espaços. Hoje, seu Tarcísio pratica uma agricultura que respeita o meio ambiente. A queima não foi excluída, mas é, hoje, controlada. Este controle se dá por reconhecer a “importância do trabalho orgânico, de quem trabalha na terra por esse lado, porque trabalha uma alimentação saudável, sadia”.



Foto: Alinne Nascimento

Miguel, filho de Tarcísio e Francisca, na janela da residência.







Referências

ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica**: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Amablume: Fapesp, 2000.

ANDERSON, A. B.; MAY, P. H.; BALICK, M. J. **The subsidy from nature**: palm forests, peasantry, and development on an Amazon frontier. Columbia University Press, 1991.

ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO. **Diagnóstico socioeconômico da agricultura familiar no Médio Mearim**: agosto-novembro 2017. [Pedreiras, MA: Assema], 2018. Relatório não publicado.

OLIVEIRA, R. R. Ação antropológica e resultantes sobre a estrutura e composição da Mata Atlântica na Ilha Grande, RJ. **Rodriguésia**, v. 53, n. 82, p. 33-58, 2002.

SANCHEZ, P. A. **Properties and management of tropical soils**. New York: Wiley Interscience, 1976.

SILVA, J. de O. e. **Catálogo de insumos naturais e biológicos para uso na agropecuária**: representantes e revendas no Distrito Federal e entorno. Brasília, DF: Emater, 2016. Disponível em: <http://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/catlogo-de-insumos_-atualizado_setembro.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.







Coleção Mestres do Agroextrativismo no Mearim

Reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade

- Volume 1 O novo reforço na produção agroflorestal de Domingos Mariano e Ivanilde
Quilombo São Bento do Juvenal, Peritoró, MA
- Volume 2 A produção da família Alves de Sousa aliada à recuperação do solo
Centro do Bertolino, Lago do Junco, MA
- Volume 3 A roça agroecológica da família de dona Sibá e seu João Valdeci
Centrinho do Acrísio, Lago do Junco, MA
- Volume 4 As vivências da família Sousa Lopes na construção da diversidade
Pau Ferrado dos Procópio, Lago do Junco, MA
- Volume 5 A preservação da biodiversidade pela família Santos
Povoado de Mangueira, Lima Campos, MA



Cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área

- Volume 6 A tradição da família de dona Belinha no cultivo do feijão abafado
Povoado do Lago do Sigismundo, Esperantinópolis, MA
- Volume 7 A recuperação da roça por meio de capoeiras de sabiá da família Soares
Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA
- Volume 8 As vivências da família Martins na produção agroecológica
Povoado Nova Olinda, Lima Campos, MA

Cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental

- Volume 9 As boas práticas da família Pereira Santana
Sítio Novo, Lago do Junco, MA
- Volume 10 Alcimar e Maria de Fátima e a tradicional prática da roça no toco
Vila Nova, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA
- Volume 11 As boas práticas de produção sustentável da família Araújo
Povoado Palmeiral, Esperantinópolis, MA

Cultivos comerciais sustentáveis de hortaliças

- Volume 12 As boas práticas na produção agroecológica da família Furtado
Centro da Zozima, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 13 O exemplo da família de Josilene e Mizael no cultivo da horta

Povoado de Três Poços, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 14 As inovações de Rosa e Tião para uma boa produção em pequenas áreas

Centro dos Passarinhos, Lago dos Rodrigues, MA

Pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais

Volume 15 As boas práticas dos Sousa na criação bovina em babaçuais

Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA

Volume 16 A integração de cultivos, criações e extrativismo pela família Cordeiro

São José dos Mouras, Lima Campos, MA

Volume 17 A experiência da família Meneses no manejo do babaçu em pastagens

Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

Inovações na criação de pequenos animais

Volume 18 A diversidade da criação animal da família Monteiro

Povoado Canafístula, Esperantinópolis, MA

Volume 19 A integração das atividades produtivas da família Sousa

Povoado Baixinha, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 20 Sebastião e Maria de Fátima: produção aliada à conservação

Povoado Jenipapo, Esperantinópolis, MA



Volume 21 A vivência dos Freitas no manejo da roça e na criação de aves

Povoado de Alto Alegre, Lago da Pedra, MA

Processamento local de frutas, mandioca e leite

Volume 22 A diversificação da produção de dona Lila e seu Toinho

Comunidade Centro dos Cocos, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 23 Dona Beta e seu Matias pela preservação da vida e do solo

Estrada da Vitória, Poção de Pedras, MA

Volume 24 As boas práticas de produção e processamento da família de Lúcia e Chico Fartura

Povoado Serrinha, Igarapé Grande, MA

Volume 25 A qualidade da produção tradicional de queijo por Francisca e José Meneses

Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

Processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato

Volume 26 Os saberes da família Rego da Silva e o artesanato com babaçu

Centro do Coroatá, Esperantinópolis, MA

Volume 27 As boas práticas de dona Alódia na produção do sabonete de babaçu da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Comunidade Ludovico, Lago do Junco, MA

Volume 28 A tradição do coco-babaçu na família de Francilene e Antônio Adão

Povoado São João da Mata, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 29 A produção artesanal de azeite de babaçu da família Santos

Serra Quebrada, Poção de Pedras, MA

Volume 30 Francisca e Miguel e a beleza na produção do pacará

Centrinho da Aparecida, Lago do Junco, MA







O projeto Bem Diverso visa contribuir para a conservação da biodiversidade brasileira em paisagens de múltiplos usos, por meio do manejo sustentável de espécies e de sistemas agroflorestais (SAFs), de forma a assegurar os modos de vida das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares, gerando renda e melhorando a qualidade de vida.

Fruto da parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o projeto é executado com o apoio de organizações do governo e da sociedade civil com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). As atividades tiveram início em 2016 e vão até 2020. Os principais eixos são a promoção do desenvolvimento sustentável de seis Territórios da Cidadania (TCs), por meio do uso da biodiversidade e de sistemas agroflorestais, e a geração de subsídios para aperfeiçoar as políticas públicas sobre uso sustentável e conservação da biodiversidade.

O Bem Diverso atua nos biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia, reconhecidos pela importância socioambiental, mas ameaçados pelo desmatamento e aumento de práticas agrícolas insustentáveis. Nesses biomas, o projeto trabalha diretamente em seis TCs: TC Alto Rio Pardo (MG) e TC Médio Mearim (MA) no bioma Cerrado;

TC Sobral (CE) e TC Sertão de São Francisco (BA) no bioma Caatinga; e TC Alto Acre e Capixaba (AC) e TC Marajó (PA) no bioma Amazônia.

Os TCs são caracterizados por elevada biodiversidade; pela presença de espécies de plantas de importância econômica, manejadas por comunidades locais; pelo potencial para melhoria da qualidade dos produtos da biodiversidade, desde a coleta, passando pelo processamento até o consumo; e pela possibilidade para desenvolver ações com SAFs.

Contato

Parque Estação Biológica (PqEB), s/nº

70770-901 Brasília, DF

Fone: (61) 3448-4912

E-mail: contato@bemdiverso.org.br

www.bemdiverso.org.br





A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) é uma organização privada sem fins lucrativos de caráter regional, criada e liderada por agricultores(as) familiares e extrativistas do coco-babaçu. Fundada em 1989, a Assema tem sede na cidade de Pedreiras, localizada na parte central do estado do Maranhão, e tem por missão promover a melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas. Instituição parceira do projeto Bem Diverso no Território da Cidadania do Médio Mearim, no Maranhão, a Assema promove a produção familiar, utilizando e preservando os babaçuais.

Os objetivos estratégicos da Assema incluem combater as desigualdades de gênero e geração; contribuir para a produção de alimentos seguros e diversificados destinados ao autoconsumo e mercados; gerar renda por meio da organização dos processos comerciais cooperativistas e associativos no mercado justo e solidário; apoiar ações de educação contextualizada em escolas públicas rurais e de alternância; e empoderar os sujeitos para a intervenção nos espaços de tomada de decisão em políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

A Assema é uma entidade plural que incorpora segmentos e ações diferenciadas, o que tem possibilitado amadurecimento na

forma de gestão participativa em que a orientação de suas ações parte das organizações de base. Para atender a essa dinâmica, conta-se com uma estrutura organizacional composta por áreas de Governança e Gestão Programática, Mobilização e Visibilidade.

Contato

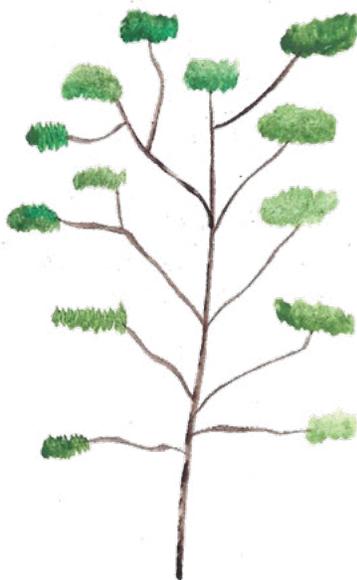
Rua da Prainha 551

Bairro São Benedito

65725-000 Pedreiras, MA

Fones: (99) 3642-2061 / (99) 3624-2152 / (99) 3634-1463

www.assema.org.br





Impressão e acabamento





Apoio



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

ISSN 978-65-86056-86-0



CGPE 15714